

Fundação Faculdade de Medicina (FFM)
Instituto do Câncer do Estado de São
Paulo “Octávio Frias de Oliveira” (ICESP)
– Contrato de Gestão nº 01/2017

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor
independente

Em 31 de janeiro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o período findo em 31 de janeiro de 2022 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Conselheiros e Administradores do
Instituto do Câncer do Estado de São Paulo
“Octávio Frias de Oliveira” (ICESP) – Contrato de Gestão nº 01/2017
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo “Octávio Frias de Oliveira” – ICESP (Contrato de Gestão nº 01/2017), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de janeiro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo “Octávio Frias de Oliveira” – ICESP (Contrato de Gestão nº 01/2017), em 31 de janeiro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, em 31 de janeiro de 2022, o Contrato de Gestão nº 01/2017 foi encerrado. Com o término do contrato nº 01/2017, foi celebrado em 30 de janeiro de 2022 o contrato de gestão nº 01/2022 entre o HCFMUSP e FFM, com vigência de 5 anos, visando a continuidade da operacionalização do ICESP. Nossa opinião não está ressalvada sobre este assunto.

Outros assuntos

Personalidade jurídica própria

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, o Instituto não possui personalidade jurídica própria, visto que a FFM é a responsável pela operacionalização do convênio para a execução das atividades e dos serviços de saúde do Instituto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis da FFM.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do Instituto correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentado para fins de comparação, foram auditados por outro auditor independente, cujo relatório foi emitido em 12 de abril de 2022, sem modificação, sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Fundações, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências, significativas ou não, nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 08 de março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Emerson Del Vale da Silva
Contador CRC 1SP-237.439/O-9

Fundação Faculdade de Medicina (FFM)
Instituto do Câncer do Estado de São Paulo “Octávio Frias de Oliveira” (ICESP)
Contrato de gestão nº 01/2017

Balanços patrimoniais
em 31 de janeiro de 2022 e 31 de dezembro 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	112.646
Contas a receber	6	-	18.517
Estoques	7	-	29.187
Despesas antecipadas	-	-	469
Outras contas a receber	-	-	49
Total do ativo circulante		----- -	----- 160.868
Ativo não circulante			
Depósitos recursais trabalhistas	-	-	72
Despesas antecipadas	-	-	74
Imobilizado	8	-	17.987
Intangível	8	-	217
Total do ativo não circulante		----- -	----- 18.350
Total do ativo		----- ----- -	----- ----- 179.218

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Faculdade de Medicina (FFM)
Instituto do Câncer do Estado de São Paulo “Octávio Frias de Oliveira” (ICESP)
Contrato de gestão nº 01/2017

Balancos patrimoniais
em 31 de janeiro de 2022 e 31 de dezembro 2021

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	9	-	17.808
Serviços de terceiros	10	-	12.919
Obrigações sociais e trabalhistas	11	-	48.979
Obrigações fiscais	-	-	7.381
Receitas diferidas	12	-	28.600
Contas a pagar - FFM	13	-	1.163
Outras contas a pagar	-		966
Total do passivo circulante		-	117.816
Passivo não circulante			
Receitas diferidas	12	-	4.128
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	-	2.237
Total do passivo não circulante		-	6.365
Patrimônio líquido			
Superávit acumulado	15	-	55.037
Total do patrimônio líquido		-	55.037
Total do passivo e patrimônio líquido		-	179.218

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Faculdade de Medicina (FFM)
Instituto do Câncer do Estado de São Paulo “Octávio Frias de Oliveira” (ICESP)
Contrato de gestão nº 01/2017

Demonstrações do resultado de 31 de janeiro de 2022
e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Receitas operacionais			
Contrato de Gestão nº 01/2017	16	41.022	526.116
Repasse de medicamentos oncológicos - Ministério da Saúde	17	1.655	17.024
Doações e patrocínios	18	248	12.029
Estudos clínicos	19	1.105	16.964
Outras receitas	-	241	6.217
Total das receitas		44.271	578.350
Despesas operacionais			
Pessoal	20	(28.087)	(335.641)
Materiais para consumo	21	(9.977)	(133.615)
Serviços profissionais	22	(5.152)	(75.785)
Depreciações e amortizações	8	(421)	(4.708)
Aluguéis de equipamentos e imóveis	-	(702)	(9.346)
Utilidades e serviços	-	(203)	(2.869)
Repasse ao HCFMUSP	23	(687)	(7.542)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	-	-	(1.072)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	6	-	(4)
Outras despesas	-	(238)	(13.530)
Total das despesas		(45.467)	(584.112)
(=) Déficit antes do resultado financeiro		(1.196)	(5.762)
Receitas financeiras	-	668	4.437
Despesas financeiras	-	(14)	(187)
Resultado financeiro líquido		654	4.250
(=) Déficit do exercício		(542)	(1.512)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Faculdade de Medicina (FFM)
Instituto do Câncer do Estado de São Paulo “Octávio Frias de Oliveira” (ICESP)
Contrato de gestão nº 01/2017

**Demonstrações do resultado abrangente de 31 de janeiro de 2022
e exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
(=) Déficit do exercício	(542)	(1.512)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(542)</u>	<u>(1.512)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Faculdade de Medicina (FFM)
Instituto do Câncer do Estado de São Paulo “Octávio Frias de Oliveira” (ICESP)
Contrato de gestão nº 01/2017

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de janeiro de 2022
e exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais)

	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	56.549	56.549
Déficit do exercício	(1.512)	(1.512)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	55.037	55.037
Déficit do período	(542)	(542)
Transferência de ativos e passivos para o contrato de gestão nº 01/2022	(54.495)	(54.495)
Saldos em 31 de janeiro de 2022	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Faculdade de Medicina (FFM)
Instituto do Câncer do Estado de São Paulo “Octávio Frias de Oliveira” (ICESP)
Contrato de gestão nº 01/2017

**Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de janeiro de 2022
e exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

(Em milhares de reais)

	2022	2021
(=) Déficit do exercício	(542)	(1.512)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciações e amortizações	421	4.708
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	-	1.072
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	4
Aumento/redução das contas de ativo		
Contas a receber	18.517	(8.980)
Estoques	29.187	1.529
Despesas antecipadas	543	299
Outras contas a receber	49	115
Depósitos recursais trabalhistas	72	27
Aumento/redução das contas de passivo		
Fornecedores	(17.808)	(3.656)
Serviços de terceiros	(12.919)	48
Obrigações sociais e trabalhistas	(48.979)	2.237
Obrigações fiscais	(7.381)	309
Receitas diferidas	(32.728)	5.092
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(2.237)	(898)
Outras contas a pagar	(966)	323
Caixa líquido consumido/gerado nas atividades operacionais	(74.771)	717
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(13)	(4.717)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(13)	(4.717)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Contas a pagar FFM	(1.163)	(40)
Transferência de caixa e equivalentes para o contrato nº 01/2022	(36.699)	
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(37.862)	(40)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(112.646)	(4.040)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	112.646	116.686
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	112.646
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(112.646)	(4.040)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o período findo em 31 de janeiro de 2022 e para o exercício findo 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

Inaugurado em maio de 2008, o Instituto do Câncer do Estado de São Paulo “Octávio Frias de Oliveira” (Instituto ou ICESP), situado na Av. Dr. Arnaldo, 251, Jardim América, São Paulo – SP, é uma unidade hospitalar de grande porte especializada em oncologia e dedicada ao atendimento de pacientes da rede pública de saúde (Sistema Único de Saúde - SUS). O Instituto é parte integrante do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP).

A Fundação Faculdade de Medicina (Fundação ou FFM), com sede na Av. Rebouças, nº 381, Jardim Paulista, São Paulo – SP, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública, detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e qualificada como Organização Social.

A FFM foi responsável pela operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços do ICESP por meio do Contrato de Gestão nº 01/2017, celebrado entre o HCFMUSP e a FFM em 30 de janeiro de 2017, com vigência de 5 anos. Estas demonstrações contábeis compreendem exclusivamente as operações desse contrato.

Com o término do Contrato de Gestão nº 01/2017, foi celebrado em 30 de janeiro de 2022 o Contrato de Gestão nº 01/2022 entre o HCFMUSP e FFM, com vigência de 5 anos, visando a continuidade da operacionalização do ICESP.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aplicáveis a Entidades sem finalidades de lucros.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Fundação em 03 de março de 2023, pelo Conselho Fiscal da Instituição em 08 de março de 2023 e serão submetidas à apreciação do Conselho Curador da FFM em reunião a ser realizada em data posterior.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto e a sua moeda de apresentação.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Foram utilizadas estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações, incluindo os efeitos de estimativas com relação à recuperação de ativos, provisões necessárias para passivos contingentes e similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às tais estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

2.6. Escopo das demonstrações contábeis

Estas demonstrações contábeis referem-se exclusivamente ao Contrato de Gestão nº 01/2017, entre o HCFMUSP e a FFM, por meio do qual ocorreu a operacionalização do ICESP de janeiro de 2017 até janeiro de 2022.

2.7. Demonstrações contábeis da Fundação e do Instituto

As demonstrações contábeis do Contrato de Gestão nº 01/2017, além de apresentadas individualmente, são também incorporadas nas demonstrações contábeis da FFM, por ser a entidade jurídica responsável pela operacionalização do Instituto.

Para esse efeito, sofrem as adaptações necessárias visando a aderência às práticas contábeis adotadas pela FFM para contratos de gestão, convênios, termos de cooperação e instrumentos similares, a saber:

- Ativos e passivos circulantes e não circulantes são registrados nas suas respectivas rubricas, sendo eliminadas, se houver, transações com partes relacionadas;
- O patrimônio líquido do ICESP é registrado diretamente no passivo circulante da FFM como saldo de projetos em execução; e
- Os bens patrimoniais do ICESP são registrados em contas de compensação e não são demonstrados no ativo da FFM.

As tabelas a seguir demonstram a conciliação do patrimônio líquido do contrato de gestão em 31 de dezembro de 2022 e 2021, com o saldo de passivo contabilizado no balanço patrimonial da FFM, e entre o resultado do contrato frente a movimentação informada pela FFM:

	2022	2021
Patrimônio líquido conforme demonstrações contábeis individuais do Contrato de Gestão nº 01/2017:	-	55.037
Exclusão de itens contabilizados no balanço patrimonial individual do Instituto, mas não apresentados no relatório da FFM		
(-) Imobilizado	-	(17.987)
(-) Intangível	-	(217)
Saldo contabilizado no passivo da FFM na conta “saldo de projetos em execução”	-	36.833

Conta	Receitas operacionais	Despesas operacionais	Transf. internas	Resultado financeiro	Resultado líquido
Relatório individual	578.350	(584.112)	-	4.250	(1.512)
Depreciações e amortizações	-	4.708	-	-	4.708
Transferências internas	-	8.204	(8.204)	-	-
Total conforme relatório FFM 2021	578.350	(571.200)	(8.204)	4.250	3.196
Relatório individual	44.272	(45.468)	-	654	-542
Depreciações e amortizações	-	421	-	-	421
Transferências internas	-	2.477	(2.477)	-	-
Total conforme relatório FFM 2022	44.272	(42.570)	(2.477)	654	(121)

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes, a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Ativos circulante e não circulante

Apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicáveis, as variações monetárias e os rendimentos auferidos.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Representados fundamentalmente por saldos em contas bancárias e aplicações financeiras, constituídos de títulos de alta liquidez, e com riscos insignificantes de mudanças de valor. Os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata estão demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

3.3. Estoques

Apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.4. Ativo imobilizado e intangível

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado e intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e amortização acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Depreciação e amortização

A depreciação e amortização são calculadas sobre o valor depreciável e amortizável, respectivamente, que são os custos de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação e amortização são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado e intangível.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	Taxas de depreciação e amortização (%)	Taxas médias de depreciação e amortização (%)
Máquinas e equipamentos	10 a 20	12
Instrumentais clínicos cirúrgicos	33	33
Móveis e utensílios	10 a 20	14
Computadores	6 a 25	13
Intangível - softwares	20	20

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.5. Instrumentos financeiros

3.5.1. Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O Instituto tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, serviços de terceiros e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

3.5.2. Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2022 e 2021, incluindo operações de hedge.

3.6. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para a deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.7. Passivo circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores conhecidos, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

As férias a pagar foram apuradas levando-se em consideração as férias proporcionais, por funcionário, acrescidas dos respectivos encargos sociais.

3.8. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

As provisões para riscos de perda provável em ações judiciais são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança, com base nas estimativas efetuadas pela Administração e seus consultores jurídicos.

3.9. Critérios de apuração das receitas e despesas

A contabilização de receitas, custos e despesas é efetuada conforme seu período de competência. As receitas de subvenção são registradas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), que estabelece os critérios para contabilização e divulgação de subvenções e assistência governamentais.

3.10. Patrimônio líquido

Corresponde ao acervo líquido pertencente ao HCFMUSP em decorrência do Contrato de Gestão nº 01/2017, firmado com a FFM.

3.11. Trabalho voluntário

Os trabalhos voluntários são reconhecidos em conformidade com o estabelecido na NBC ITG 2002 (R1), sendo mensurados pelo valor justo estimado levando-se em consideração os montantes que a instituição haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 26.

3.12. Demonstração dos fluxos de caixa

A administração da Entidade apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receitas ou despesas associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

3.13. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A partir de 1 de janeiro de 2023, as alterações fornecem esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros, de forma à aplicação correta da norma. A Fundação está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração.

IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o lucro

A partir de 1 de janeiro de 2023, as alterações buscam limitar a abrangência do escopo da Isenção de Reconhecimento Inicial ("IRI") de modo que a IRI não seja mais aplicável às transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias. Assim, um ativo fiscal diferido e um passivo fiscal diferido deverão ser reconhecidos para as diferenças temporárias geradas no momento do reconhecimento inicial de um arrendamento ou uma provisão de passivo para desmontagem e remoção dos equipamentos arrendados. O Instituto está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pelo Instituto.

4. Encerramento do contrato de gestão

Com o encerramento do Contrato de Gestão nº 01/2017 em janeiro de 2022 e a continuidade da operacionalização do ICESP pela FFM por meio do Contrato de Gestão nº 01/2022, os saldos de ativos e passivos residuais foram transferidos para o novo contrato, conforme apresentado a seguir:

2022

Ativos e Passivos	
Circulantes	
Caixa e equivalentes de caixa	(103.821)
Contas a receber	(12.696)
Estoque - Importação em andamento	(26.925)
Despesas Antecipadas	(417)
Outras contas a receber	(45)
Fornecedores	14.633
Serviços de terceiros a pagar	11.261
Obrigações sociais e trabalhistas	10.002
Obrigações Fiscais	5.288
Outras contas a pagar	2.093
Provisões para férias, encargos e 13º Salário	29.895
Receitas Diferidas	27.894
Total	(42.839)
Não circulantes	
Depósitos recursais trabalhistas	(72)
Despesas Antecipadas	(72)
Imobilizado	(17.592)
Intangível	(205)
Provisões para riscos trabalhistas	2.250
Receitas Diferidas	4.033
Total	(11.657)
Valor líquido transferido ao Contrato de Gestão nº 01/2022	(54.495)

5. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo refere-se aos valores em 31 de dezembro de 2022 e 2021 mantidos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata, com risco insignificante de valor, demonstradas ao custo e acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

	2022	2021
Caixa	-	5
Bancos conta movimento	-	107
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) (a)	-	79.112
Fundos de Investimento Renda Fixa CDI (b)	-	32.046
Poupança (c)	-	1.376
Subtotal aplicações financeiras	-	112.534
Total	-	112.646

(a) Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), emitidos por instituições financeiras no Brasil, com liquidez imediata. A remuneração aproximada em 2021 ficou entre 101,50% e 102,50% da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs).

(b) Fundos abertos de investimento financeiro de renda fixa referenciados pela taxa CDI, com liquidez imediata. A remuneração aproximada observada em 2021 ficou entre 85,85% e 93,33% do CDI.

(c) Aplicações em poupança, com rentabilidade aproximada em 2021 de 2,99% aa.

6. Contas a receber

Correspondem a saldos a receber devidos pelo HCFMUSP em função dos valores pactuados no Contrato de Gestão nº 01/2017, além de recebíveis decorrentes de outras atividades do ICESP:

	2022	2021
Contas a receber		
Contrato de Gestão nº 01/2017	-	18.346
Outras	-	175
Total		18.521
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)		
Outras contas a receber	-	(4)
Total	-	18.517

Abertura por vencimentos:

	2022	2021
A vencer	-	60
Vencidos		
Até 30 dias	-	89
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	18
De 91 a 180 dias	-	4
Acima de 180 dias (a)	-	18.346
Total	-	18.517

(a) Refere-se a valores devidos pelo HCFMUSP pactuados no contrato de gestão nº 01/2017. Considerando as circunstâncias institucionais envolvidas, a administração da FFM entende que os valores serão recebidos, razão pela qual não houve constituição de PECLD.

A movimentação da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa pode ser assim demonstrada:

	2021	Adições	Reversões	Baixas	TR CTR nº 01/2022	2022
PECLD	(4)	-	-	-	4	-
Total	(4)	-	-	-	4	-

7. Estoques

	2022	2021
Medicamentos, insumos hospitalares e outros	-	29.172
Importações em andamento	-	15
Total	-	29.187

8. Imobilizado e intangível

Corresponde ao ativo imobilizado e intangível adquirido pela FFM por força do contrato de gestão nº 01/2017 e instrumentos anteriores:

Imobilizado	2022			2021		
	Custo	Deprec. acumulada	Valor líquido	Custo	Deprec. acumulada	Valor líquido
Instalações, máquinas e equipamentos	-	-	-	24.851	(13.058)	11.793
Instrumentais clínico-cirúrgicos	-	-	-	953	(911)	42
Móveis e utensílios	-	-	-	2.759	(1.635)	1.124
Computadores e correlatos	-	-	-	9.959	(5.288)	4.671
Imobilizações em andamento	-	-	-	357	-	357
Total	-	-	-	38.879	(20.892)	17.987

Intangível	2022			2021		
	Custo	Amortiz. acumulada	Valor líquido	Custo	Amortiz. acumulada	Valor líquido
Softwares	-	-	-	1.661	(1.444)	217
Total	-	-	-	1.661	(1.444)	217

Movimentação do ativo imobilizado e intangível

	Líquido em				Transf	TR CTR	Líquido
	31/12/21	Adições	Baixas	Deprec		Nº 01/2022	em 31/12/22
Instalações, máquinas e equipamentos	11.793	-	-	(265)	1	(11.529)	-
Edificações, obras complementares	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentais clínicos cirúrgicos	42	-	-	(8)	-	(34)	-
Móveis e utensílios	1.124	-	-	(21)	-	(1.103)	-
Computadores e correlatos	4.671	11	-	(115)	-	(4.567)	-
Imobilizado em andamento	357	3	-	-	(1)	(359)	-
Total	17.987	14	-	(409)	-	(17.592)	-

	Líquido em				Transf	TR CTR	Líquido
	31/12/21	Adições	Baixas	Amort		Nº 01/2022	em 31/12/22
Software	217	-	-	(12)	-	(205)	-
Total	217	-	-	(12)	-	(205)	-

Bens adquiridos diretamente pela Secretaria de Estado da Saúde

Integram o acervo patrimonial utilizado pelo ICESP bens adquiridos diretamente pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (edifício, equipamentos, mobiliários e outros), que são cedidos ao HCFMUSP para uso pelo Instituto. Tendo em vista que a compra não ocorreu através da FFM, esses bens não são registrados contabilmente no ativo imobilizado do contrato de gestão.

Termos de permissão de uso

Conforme estabelecido no Contrato de Gestão nº 01/2017, o HCFMUSP deve firmar "termos de permissão de uso" com a FFM para amparar formalmente a cessão dos bens móveis e imóveis empregados pelo Instituto. Esses termos ainda não foram celebrados pelo HCFMUSP.

9. Fornecedores

	2022	2021
Medicamentos e reagentes	-	7.941
Materiais hospitalares em geral	-	5.464
Órteses, próteses e materiais especiais	-	780
Alimentações hospitalares	-	716
Outros	-	2.907
Total	-	17.808

10. Serviços de terceiros

	2022	2021
Limpeza e higienização	-	3.565
Vales refeição de funcionários	-	2.786
Serviços de manutenção	-	2.510
Aluguéis	-	984
Outros	-	3.074
Total	-	12.919

11. Obrigações sociais e trabalhistas

	2022	2021
Férias e encargos sociais a pagar	-	28.758
Salários a pagar	-	15.980
FGTS a pagar	-	2.545
INSS a recolher	-	1.646
Pensão Alimentícia	-	48
Contribuições sindicais a recolher	-	2
Total	-	48.979

12. Receitas diferidas

Correspondem aos saldos diferidos de subvenções para investimentos e projetos recebidas pelo ICESP, mediante pactuação no contrato de gestão nº 01/2017 ou por conta de projetos desenvolvidos pelo Instituto com subvenções de outros órgãos.

A apropriação como receita ocorre em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1), que estabelece os critérios para contabilização e divulgação de subvenções e assistências governamentais. Nas subvenções para custeio, a apropriação ocorre conforme a efetivação das despesas que as subvenções têm por objeto compensar e, no caso de subvenções para investimentos, mediante o tempo de vida útil dos bens adquiridos (apurados por meio da depreciação ou amortização), ou diretamente, quando os recursos são empregados em gastos cuja natureza enseja a alocação direta no resultado.

A movimentação nos exercícios de 2022 e 2021 pode ser assim demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	19.773	7.863	27.636
Transferências entre circulante/não circulante	4.377	(4.377)	-
Subvenções reconhecidas no exercício	25.914	624	26.538
(-) Apropriações como receitas	(21.732)	-	(21.732)
Receitas financeiras de verbas diferidas	268	35	303
(-) Devoluções de verbas diferidas	-	(17)	(17)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	28.600	4.128	32.728
Transferências entre circulante/não circulante	97	(97)	-
Subvenções reconhecidas no exercício	803	-	803
(-) Apropriações como receitas	(1.737)	-	(1.737)
Receitas financeiras de verbas diferidas	133	1	134
(-) Devoluções de verbas diferidas	-	-	-
(-) Transferências para CTR nº 01/2022	(27.896)	(4.032)	(31.928)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-

13. Contas a pagar – FFM

Referem-se fundamentalmente a operações efetuadas através do caixa central da FFM cuja compensação/alocação bancária no contrato de gestão ocorre, por falta de tempo hábil, em períodos seguintes. O saldo de tais operações em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 1.163.

14. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Corresponde ao montante provisionado para os processos em curso, compreendendo as ações cuja possibilidade de perda foi considerada provável pelos assessores jurídicos e Administração da FFM, líquidos de eventuais depósitos judiciais.

	2021	Adições	Reversões	TR CTR Nº 01/2022	2022
Ações trabalhistas	973	2	-	(975)	-
(-) Dep garantia juízo / recursais	(609)	(2)	-	611	-
Outras contingências	1.873	13	-	(1.886)	-
Total	2.237	13	-	(2.250)	-

As ações cuja probabilidade de perda foi considerada como possível em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$ 16.147.

15. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido do contrato de gestão nº 01/2017 é composto basicamente pelo patrimônio acumulado pelo ICESP decorrente das atividades realizadas por meio do contrato atual e anteriores.

Em caso de rescisão do contrato ou extinção/desqualificação da FFM, o patrimônio, legados, doações e excedentes financeiros do contrato de gestão serão destinados integralmente ao HCFMUSP.

16. Receitas operacionais - contrato de gestão

Refere-se ao montante devido pelo HCFMUSP à FFM para operacionalização do ICESP, cujos valores e demais condições são estabelecidos no Contrato de Gestão no 01/2017 e aditivos, sendo que, conforme tratativas entre as partes, os custos de serviços do ICESP pagos diretamente pelo HCFMUSP são descontados dos valores devidos.

Para o 1º ano do contrato (fevereiro de 2017 a janeiro de 2018), assim como para o 2º ano, foi estabelecido valor anual de R\$ 502.662. Para o 3º ano, foi definido o valor de R\$ 522.353, com uma integralização complementar de R\$ 10.900 para expansão de atividades assistenciais. Para o 4º e 5º ano, o valor anual pactuado foi de R\$ 542.353.

As receitas nos exercícios sociais de 2022 e 2021 podem ser assim demonstradas:

	2022	2021
Valores acordados (a)	47.004	542.854
(-) Descontos de custos assumidos diretamente pelo HCFMUSP	(5.982)	(16.738)
Total	41.022	526.116

(a) Montante proporcional em cada exercício conforme os valores pactuados para os períodos contratuais. No exercício de 2021, corresponde aproximadamente a 12 parcelas de R\$ 45.196, sendo 1 referente ao 4º ano e 11 ao 5º ano. Em 2022, o valor é composto por 1 parcela de R\$ 47.004, relativa ao saldo do 5º ano de contrato.

Por força do Contrato de Gestão, o Instituto está obrigado a cumprir determinadas metas, havendo penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados, no caso de descumprimento. Além disso, a FFM está sujeita à apresentação de prestações de contas regulares conforme determinações do HCFMUSP e órgãos fiscalizadores. A prestação de contas do exercício de 2022 será enviada no 1º semestre de 2023.

17. Repasses de medicamentos oncológicos – Ministério da Saúde

Como estabelecimento de saúde habilitado de alta complexidade em oncologia no SUS, o ICESP recebe, com interveniência da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, medicamentos oncológicos de compra centralizada pelo Ministério da Saúde.

Incorporados ao estoque do instituto, a receita correspondente é reconhecida mediante a efetiva utilização dos medicamentos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), que estabelece os critérios para contabilização e divulgação de subvenções e assistências governamentais.

Em 2022, o Instituto recebeu medicamentos no valor total de R\$ 803, sendo reconhecida a receita de R\$ 1.655. Em 2021, tais valores foram respectivamente de R\$ 17.176 e R\$ 17.024. Os saldos residuais são registrados como subvenções diferidas, conforme critérios apresentados na Nota Explicativa nº 12.

18. Doações e patrocínios

São doações em numerário e mercadorias (medicamentos, reagentes, órteses e próteses, equipamentos etc.) recebidas pelo ICESP em 2022 e 2021 por meio da FFM.

	2022	2021
Financeira Itau CDB AS	-	4.675
Schering Plough Industria Farmaceutica Ltda	-	3.453
Beaufour IPSEN Farmaceutica Ltda	203	2.045
Bayer S/A	-	1.394
Redecard S/A	-	1.242
Amgen Biotecnologia do Brasil Ltda	9	-
Laboratorio Quimico Farmaceutico Bergamo Ltda	9	-
CBS Médico Científica S/A	7	103
Fresenius Medical Care Ltda	3	49
Outras	16	6.086
(-) Devoluções	-	(55)
Total	247	18.992
(+) Transferências da receita diferida	1	677
(-) Transferências para a receita diferida	-	(7.640)
Total	248	12.029

19. Estudos clínicos

Correspondem a receitas provenientes de estudos e/ou ensaios clínicos realizados pelo ICESP para instituições nacionais e internacionais, predominantemente dos segmentos farmacêutico e de pesquisa, visando o desenvolvimento de medicamentos e procedimentos terapêuticos.

20. Pessoal

	2022	2021
Salários e ordenados	(23.510)	(280.531)
FGTS	(1.817)	(21.902)
Benefícios	(2.760)	(33.208)
Total	(28.087)	(335.641)

21. Materiais para consumo

	2022	2021
Medicamentos e reagentes	(6.590)	(75.202)
Materiais hospitalares em geral	(2.369)	(34.954)
Órteses, próteses e materiais especiais	(479)	(8.427)
Outros	(539)	(15.032)
Total	(9.977)	(133.615)

22. Serviços profissionais

	2022	2021
Limpeza e Higienização	(1.577)	(19.548)
Manutenção de instalações e equipamentos	(1.263)	(22.564)
Saúde (unidades retaguarda, radiologia e outros)	(769)	(8.665)
Técnicos administrativos	(593)	(7.329)
Segurança	(443)	(5.536)
Outros	(507)	(12.143)
Total	(5.152)	(75.785)

23. Repasses ao HCFMUSP

Referem-se a reembolsos de custos e outras operações pagas pelo ICESP ao HCFMUSP por força de atendimentos médico-hospitalares de pacientes do Instituto, no valor total de R\$ (687) em 2022 (R\$ (7.542) em 2021).

24. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o ICESP não possuía instrumentos derivativos.

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Os instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Entidade estão representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e saldos a pagar a fornecedores. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Todas as operações com instrumentos financeiros são reconhecidas nas demonstrações contábeis da Entidade, estando sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Entidade ter perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Entidade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme segue:

Descrição	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5)	-	112.646
Contas a receber (Nota Explicativa nº 6)	-	18.517

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição de liquidez. A exposição do risco de liquidez na data das demonstrações contábeis é conforme segue:

Exposição a riscos de liquidez

Descrição	2022	2021
Fornecedores (Nota Explicativa nº 9)	-	17.808
Serviços de terceiros (Nota Explicativa nº 10)	-	12.919

Gerenciamento do capital

Os objetivos da Entidade, ao administrar seu capital, são salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer garantia às demais partes interessadas, além de manter adequada estrutura de capital.

Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Entidade em 31 de dezembro de 2022 representam o custo amortizado, sendo que os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado.

25. Avais, fianças e garantias

O Instituto não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2022 e 2021.

26. Trabalho voluntário

Os valores estimados de trabalhos voluntários são reconhecidos em conformidade com a NBC ITG 2002 (R1).

No contrato de gestão do ICESP foram identificadas atividades exercidas por membros do seu Conselho Diretor e por médicos voluntários atuantes no instituto.

O valor desses serviços voluntários foi apurado mediante valores aproximados de funções similares, representando em 2021 o montante de R\$ 2.617. O valor correspondente ao exercício de 2022 foi reconhecido diretamente nas demonstrações do contrato de gestão nº 01/2022, que sucedeu o presente contrato nº 01/2017 para operacionalização do ICESP.

27. Imunidades e isenções previdenciárias e fiscais

A FFM é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) na área da saúde, com validade até 13 de dezembro de 2024, deferido pelo Ministério da Saúde em 13 de dezembro de 2021 através da Portaria SAES/MS nº 1205 (Processo nº 25000.093217/2021-19). Os processos relativos aos períodos de 12 de junho de 2010 a 11 de junho de 2015 e 12 de junho de 2015 a 11 de junho de 2018, se encontram em revisão, sendo que a possibilidade de perda é considerada remota pelos assessores jurídicos e Administração da Fundação.

A certificação do CEBAS, conjuntamente com a natureza jurídica da instituição e observação dos requisitos legais pertinentes, assegura à FFM a isenção das contribuições devidas ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) sobre folha de pagamento e serviços de terceiros (cotas patronais), bem como imunidade ou isenção de diversos outros impostos e contribuições.

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, a Fundação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal usufruídas pelo Contrato de Gestão no 01/2017 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhados dos respectivos valores estimados:

	2022	2021
Cota patronal INSS - Folha de pagamento (a)	6.333	76.308
Cota patronal INSS - Prestadores Serviço Pessoas Físicas (a)	9	107
Total	6.342	76.415
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) (b)	-	-
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) (c)	-	-
Contribuição Financ. Seguridade Social (Cofins) (d)	163	2.710
Programa de Integração Social (PIS) (e)	35	588
Imposto Serviço Qualquer Natureza (ISSQN) (f)	23	351
Total	6.563	80.064

(a) Alíquotas de 27,8% sobre a folha de pagamento a funcionários e de 20% sobre pagamentos a prestadores de serviços pessoas físicas;

(b) Simulação empregando o regime de “Lucro Real”, com alíquota de 15% sobre o resultado ajustado de cada exercício;

(c) Alíquota de 9% sobre o resultado ajustado do exercício;

(d) Considerando que a simulação da apuração do IRPJ ocorreu pelo regime de “Lucro Real”, foi empregado regime de incidência “não cumulativo”, com alíquota de 7,6% sobre o faturamento;

(e) Idem, com alíquota de 1,65% sobre o faturamento;

(f) Alíquota de 2% sobre os serviços prestados.

28. Seguros (não auditado)

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas em 31 de dezembro são apresentadas a seguir:

	2022	2021
Incêndio, raio, explosão e riscos diversos	-	634.026
Responsabilidade civil e profissional	-	20.000
Total	-	654.026

As coberturas contratadas vigentes em 31 de dezembro de 2022 são apresentadas nas demonstrações do contrato de gestão nº 01/2022, que sucedeu o presente contrato nº 01/2017 para operacionalização do ICESP.

29. Outras informações

As declarações de isenção do imposto de renda, as quais o Instituto (através da FFM) está obrigado a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, bem como a prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais, normativas ou órgãos fiscalizadores.

* * *